

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 6 | edição nº 3 | 2017

*Ascensão e queda do Brasil como
doador de assistência humanitária
internacional*

Patricia Vilarinho Tambourgi

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

ASCENSÃO E QUEDA DO BRASIL COMO DOADOR DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL

Patricia Vilarinho Tambourgi¹

Resumo: O Brasil completou, em 2015, uma década de atuação como doador de assistência humanitária internacional. A inserção brasileira acontece em momento em que outros países em desenvolvimento também começam a atuar do lado da oferta de assistência humanitária. Tradicionalmente, os países membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (DAC/OECD) são considerados os principais doadores internacionais. A emergência de novos atores estatais, os doadores “Não DAC”, agrega mais recursos ao total de oferta de assistência humanitária. Neste artigo, o Brasil aparece como um doador Não DAC, sendo apresentada a inserção internacional brasileira como do país doador do ponto de vista financeiro das ações em relação à sua política externa.

Palavras-chave: governo Lula; assistência humanitária internacional; política externa brasileira; CGFOME; governo Dilma.

BRAZIL'S RISE AND FALL AS A DONOR OF INTERNATIONAL HUMANITARIAN ASSISTANCE

Abstract: Brazil completed a decade of acting as a donor of international humanitarian assistance in 2015. The Brazilian insertion happens at a time when other developing countries also begin to act on the side of offering humanitarian assistance. Traditionally, the member countries of the Development Assistance Committee of the Organization for Economic Cooperation and Development (DAC/OECD) are considered the main international donors. The emergence of new state actors, to so called “non-DAC” donors, adds more resources to the total supply of humanitarian assistance. In this article, Brazil is considered a non-DAC donor, being presented the international insertion of the country as a donor from the financial point of view of the actions in relation to its foreign policy.

¹ Doutoranda em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Economia Política Internacional. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-7640-2597>. Email: patricia.tambourgi@usp.br

Key-words: Lula's government; international humanitarian assistance; Brazilian foreign policy; CGFOME; Rousseff's government.

I. Introdução

O sistema humanitário internacional do século XXI é o complexo resultado da confluência do trabalho e dos recursos de diversos atores estatais, organizações internacionais, organizações não governamentais e doadores privados, que atuam de forma isolada ou combinada, visando ao alívio de sofrimento humano e ao salvamento de vidas em situações de emergência (M. BARNETT 2011, WEISS 1996, ZIMMERMANN e SMITH 2011).

Os atores estatais são a principal fonte de recursos do sistema. Dentre eles, são os países membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (DAC/OECD) os principais doadores desde o fim da II Guerra Mundial (CARBONNIER 2015, MAWDSLEY 2012, M. BARNETT 2010).

A emergência de outros atores estatais como doadores humanitários, fora do círculo do DAC/OECD, começa a ganhar relevância no início do século XXI. Embora alguns países já fossem considerados doadores, foi a partir da virada do século que começaram a atuar de forma mais regular como tais (MANNING 2006, MAWDSLEY 2012).

Nesse sentido, os “doadores não DAC” (NDDs) são os países que compõem o lado da oferta de assistência humanitária internacional, principalmente a partir dos anos 2000, que não são membros do grupo de doadores do DAC/OECD. Em sua maioria, são Estados atualmente de renda média alta, média baixa e baixa que tradicionalmente eram ou ainda são receptores. Alguns deles não o são mais, mas há ainda aqueles que doam e recebem a um só tempo.

No caso do Brasil, o estudo da cooperação Sul-Sul é vasto, mas pesquisas específicas sobre assistência humanitária são escassas. Sendo assim, o presente estudo partiu de uma pergunta descritiva inicial, mas ainda com pouca ressonância na literatura: *qual a magnitude da atuação do Brasil como doadores Não DAC no Sistema Humanitário Internacional em termos de aporte de recursos?*. O intuito é, neste momento, aportar dados para discussões posteriores.

Os resultados apontaram que o Brasil completou, em 2015, a sua primeira década como doador de assistência humanitária internacional (AHI). Embora já doasse de forma esporádica anteriormente, foi a partir de 2006 que o governo empenhou vontade política para a realização de ações humanitárias internacionais. No contexto, criou o Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e fora dos quadros da Agência Brasileira de Cooperação (BRASIL 2006). Os recursos aportados seguiram trajetória de alta até 2012, quando atingiram o ápice com o

valor de US\$ 78 milhões². Em seguida, porém, houve retrocesso. No ano de 2015, os recursos empreendidos para oferta de AHI recuaram para 10% do total de três anos antes, não passando de US\$ 7,8 milhões.

O presente artigo visa a apresentar uma abordagem inicial e descritiva sobre a inserção do Brasil como doador de assistência humanitária internacional a partir do ponto de vista especificamente financeiro. Inicialmente, será apresentada a metodologia segundo a qual os dados obtidos foram analisados. Em seguida, faz-se um breve histórico do surgimento dos doadores não DAC e como o Brasil se insere nesse grupo conceitual. Depois, relata-se a política externa brasileira sob a ótica da evolução do tema da Cooperação Sul-Sul, nos períodos Lula e Dilma Rousseff, focando-se, na sequência, em como o tema específico da assistência humanitária internacional emergiu. Por fim, serão apresentados os dados resultantes da pesquisa, referentes à oferta de AHI pelo Brasil.

II. Metodologia

Para a pesquisa, foram utilizados dados primários oficiais das ações de assistência humanitária internacional brasileiras, obtidos na Coordenadoria-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME), do Ministério das Relações Exteriores.

Todos os dados, em dólar, foram deflacionados para o ano-base 2000 e analisados segundo estatística descritiva.

Não foram utilizados dados da publicação *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento – COBRADI*, do IPEA/MRE/SAE.

Para fins desta análise, conceitualmente, considera-se a assistência humanitária internacional como uma modalidade de cooperação Sul-Sul.

II. Os Doadores Não DAC

Desde sua origem, o Sistema Humanitário Internacional pressupõe que existam, pelo menos, duas categorias de atores: aqueles que passam por uma emergência humanitária e aqueles que prestam socorro. Em outros termos, os atores que recebem ajuda e aqueles que a oferecem, implicando, portanto, uma relação entre eles que pode ser vista como uma relação de hierarquia entre doador e receptor. Na relação entre Estados, desde o fim da II Guerra

² Valor deflacionado para o ano-base 2000.

Mundial e reconstrução do continente europeu, essa hierarquia era evidente: doavam os países mais ricos; recebiam os mais pobres. Uma hierarquia que é, ao mesmo tempo, fonte de renda para quem recebe, e importante ferramenta de política externa para quem oferece (ZIMMERMANN e SMITH 2011, QUADIR 2013, NEUMAYER 2003).

O SHI atual nunca teve tanta disponibilidade de dinheiro, tendo crescido um terço entre 2012 e 2014 atingindo US\$24 bilhões, em meio a um número de atores crescente (CARBONNIER 2015). Atualmente, há mais de 47 agências da ONU que lidam com *aid* de forma geral, mais de mil *trust funds*; e milhares de organizações internacionais não governamentais (REISEN 2010). Não só aumentou o número de organizações internacionais que lidam com o tema da ajuda externa, mas também está mais ampliado o rol dos Estados que oferecem recursos, tornando menos clara a linha que divide doador de receptor (WALZ e RAMACHANDRAN 2011, ZIMMERMANN e SMITH 2011, QUADIR 2013).

Apesar do aumento do número de doadores de maneira geral, são os Estados os maiores financiadores do Sistema Humanitário Internacional. Eles contribuem não apenas com a maior parte dos recursos para os receptores, como também são os maiores doadores para organizações multilaterais internacionais (CARBONNIER 2015).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os países organizados em torno do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (DAC/OECD), tornaram-se os mais significativos doadores internacionais. Assim como o Grupo dos Sete está para a riqueza líquida do planeta, os membros do DAC/OECD estão para o lado da oferta de recursos assistenciais internacionais. Doadores DAC/OECD tornaram-se “*mainstream*” (MAWDSLEY 2012).

No período que abarca a década de 1990 e o início dos anos 2000, países de fora do círculo do DAC/OECD passaram a se tornar doadores internacionais com mais regularidade e recursos. Embora a literatura não apresente dados consolidados e abrangentes sobre o comportamento dos Estados não DAC como doadores, é fato que desde os primeiros anos pós II Guerra Mundial já se havia registros de ações nesse sentido. Porém, ou se tratavam de ações *ad hoc*, ou seja, sem periodicidade e realizadas de forma específica para determinada(s) situação(ões), ou se tratavam de ações que apresentavam periodicidade, mas os países que a realizavam deixaram por um tempo sem fazê-las (MANNING 2006, MAWDSLEY 2012).

A análise dos dados permite incluir o Brasil no rol de doadores Não DAC, apresentando regularidade de aporte de recursos desde 2006.

IV. A Política Externa Brasileira a partir de 2003 e a emergência do tema da Assistência Humanitária Internacional

A política externa (PEX) inaugurada em 2003, com a posse na Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva teve traços marcantes, desenhados com preferências políticas claras. A rejeição a um modelo de dependência e de busca por um modelo autônomo e ativo de inserção mostrou-se logo nos primeiros anos do governo, privilegiando o multilateralismo e as relações com países em desenvolvimento, consubstanciada por meio da retomada da Cooperação Sul-Sul (CSS) na política externa brasileira (CERVO e BUENO, História da política exterior do Brasil 2011, VIGEVANI e CEPALUNI 2007, VIZENTINI, Relações Internacionais do Brasil - De Vargas a Lula 2012). Segundo Amado Luiz Cervo, esse tipo de cooperação é um “sonho que vem dos anos 1970 e foi abandonado por Cardoso, em favor de sua aliança com o Ocidente” (A. L. CERVO 2004).

Lula da Silva utiliza uma estratégia que poderia ser batizada de “autonomia pela diversificação”, enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa. (VIGEVANI e CEPALUNI 2007)

Com Lula, a busca era por uma política externa brasileira em direção a uma “nova geografia mundial”, em coordenação com outros países do Sul. Na prática, isso levou à reaproximação do Brasil com a África, Ásia e, principalmente, os países latino-americanos (LIMA 2005).

Antes do governo Lula, houve, principalmente, duas experiências em que houve inserção da agenda da cooperação entre países em desenvolvimento. O tema cooperação internacional com países subdesenvolvidos entrou na agenda externa brasileira com a Política Externa Independente, consubstanciada nos governos Jânio Quadros, e, na sequência, de João Goulart (P. S. LEITE 2011). Vista, inicialmente, sob a ótica dos princípios e do discurso, lentamente, ao longo dos anos, a cooperação internacional dessa natureza começou a ser colocada em prática. Tributária dos axiomas oriundos dos debates dos Países Não Alinhados e da Conferência de Bandung, bem como das mudanças políticas surgidas com a independência na África e na Ásia, a valorização da cooperação internacional com países em desenvolvimento refletia o redimensionamento da importância do eixo Leste-Oeste, marca da Guerra Fria, em face da emergência do eixo Norte-Sul, marca da percepção das assimetrias de desenvolvimento entre as nações (CERVO e BUENO 2011).

Posteriormente, a cooperação com países em desenvolvimento foi retomada ainda durante o regime militar, com o Pragmatismo Responsável da Política Externa de Ernesto Geisel, conduzida pelo chanceler Azeredo da Silveira (P. S. LEITE 2011). Em seu discurso de posse, Azeredo, que era diplomata de carreira advogou em favor de um “*pragmatismo responsável e consciente dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial*” (SILVEIRA 1974). Era a favor de uma ordem internacional mais equânime, privilegiando os países em desenvolvimento, que considerava como principais vítimas da ordem econômica constituída no pós-II Guerra Mundial (BARRETO FILHO, Os Sucessores do Barão 1964-1985 2006).

Porém, foi com Lula que a cooperação Sul-Sul ganharia protagonismo. A busca por cooperação horizontal intentada por Itamar Franco e pleiteada, mas não desenvolvida, por Fernando Henrique Cardoso (FHC) teve continuidade no governo seguinte (PECEQUILO 2008). A diplomacia na era Lula não foi de ruptura. A escolha de Celso Amorim para ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores ajudou a indicar que haveria continuidade, com ajustes.

Tendo como um dos primeiros passos a Primeira Conferência de Países da Ásia e da África, em Bandung, na Indonésia, em 1955, o termo “CSS” tem sido utilizado de forma abrangente, podendo incluir diversas formas de cooperação, como formação de coalizões políticas, promoção de comércio Sul-Sul, construção de espaços regionais de integração, financiamento de projetos de infraestrutura via empréstimos subsidiados, até modalidades de transferência de tecnologia, intercâmbio de experiências no campo das políticas públicas e cooperação técnica por meio de ministérios, agências, entidades subnacionais, universidades e organizações não governamentais (MILANI e CARVALHO, Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano 2013, I. C. LEITE, Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos 2012).

O termo “cooperação Sul-Sul” (CSS) vem sendo usado, talvez com recorrência inédita, por governos, organizações internacionais e entidades da sociedade civil. Em geral ele é usado para se referir a um amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento – formação de coalizões de geometrias múltiplas, barganha coletiva em negociações multilaterais, arranjos regionais de integração, assistência para o desenvolvimento, intercâmbio de políticas, fluxo de comércio e de investimentos privados etc. Já para especialistas a CSS diz respeito a uma modalidade da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). (I. C. LEITE, Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos 2012)

A seguir, serão apresentadas iniciativas do governo brasileiro de articulação pela política externa frente ao conceito de cooperação Sul-Sul em dois eixos: político-econômico, em que serão trabalhados os conceitos de CSS de forma e de forma estrita, e econômico-solidário, com conceito estrito apenas.

Considerando-se o conceito de CSS em sentido amplo, no que diz respeito às concertações político-econômicas, pode-se mencionar, inicialmente, a ativa diplomacia presidencial, principalmente durante os dois mandatos do governo Lula (VIGEVANI e CEPALUNI 2007). Foram, pelo menos, 285 viagens internacionais e 485 dias fora do país, com destinos principalmente para América do Sul, América Central e África de 2003 a 2010 (CORNETET 2014). Ao longo de seu governo, Lula tornou-se o presidente brasileiro que mais visitou o continente africano (VILELA e NEIVA 2011). Também fazem parte da estratégia política de aproximação com países em desenvolvimento, a abertura de postos diplomáticos no exterior. Até 2005, das 35 novas representações diplomáticas, 15 foram em território africano (MIYAMOTO 2009). Ao longo dos dois mandatos de Lula, foram abertas 40 embaixadas e 67 consulados. No governo Dilma, não só a diplomacia presidencial sofreu retração, bem como o ritmo de abertura de representações brasileiras no exterior diminuiu, tem sido, até 2013, 8 novas embaixadas e 10 novos consulados (CORNETET 2014). Tanto as visitas quanto a abertura de representações visavam ao estreitamento das relações políticas quanto à abertura de mercados (VIZENTINI, *Relações Internacionais do Brasil - De Vargas a Lula* 2012).

Além da diplomacia presidencial e da abertura de embaixadas, a ação política voltada para países em desenvolvimento se consubstanciou em coalizões de geometria variável, com o objetivo de alterar a geografia do poder mundial e de buscar maior equilíbrio nas relações Norte-Sul (VIGEVANI e CEPALUNI 2007). A participação no G-20 comercial é um exemplo. Constituído em 20 de agosto de 2003, nas reuniões preparatórias para a V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a realizar-se em Cancun, no México, o Brasil articulou e liderou as negociações sobre o destravamento das negociações sobre agricultura (VIZENTINI, *O G-3 e o G-20* 2006). Antes, em junho do mesmo ano, o país participou do Fórum Trilateral Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) – ou G-3 – como foro diplomático voltado para ação articulada para o fortalecimento das instâncias multilaterais, bem como para promoção das relações entre si (CERVO e BUENO, *História da política exterior do Brasil* 2011, VIZENTINI, *O G-3 e o G-20* 2006).

Vale mencionar, também, outro foro de concertação política com países emergentes: BRICS, o qual se refere a um grupo que surgiu da sigla “BRICs”, atribuída em 2001 pelo economista da Goldman-Sachs, Jim O’Neill, para referir-se a quatro países emergentes – Brasil, Rússia, Índia e China – com potencial de elevado crescimento econômico e de ultrapassar as maiores economias do mundo. O que nasceu como sigla, evoluiu para grupo informal em 2006, tendo sido consolidado em 2009, com adesão, em 2011, da África do Sul (O’NEILL 2001, ABDENUR e FOLLY 2017). Visam à ampliação da cooperação política e econômica, bem como buscam uma ordem internacional mais inclusiva (ABDENUR e FOLLY 2017).

Como consequência da combinação de estratégias político-econômicas, o Brasil logrou ampliação de laços com países árabes, africanos e asiáticos, garantindo, também, a participação de países da América do Sul.

Outras iniciativas a serem destacadas foram as visitas de Lula aos países árabes do Oriente Médio e a aproximação com a África, com cinco visitas presidenciais a este continente nos primeiros cinco anos de governo. Como resultado, realizaram-se, em Brasília, o I Encontro de Cúpula América do Sul-Países Árabes, quando foi assinado o acordo de cooperação Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo (maio de 2005), e na Nigéria, a I Reunião de Cúpula África-América do Sul (dezembro de 2006). As visitas de Lula foram importantes não apenas para as relações do Brasil com a África, mas, sobretudo, para o estabelecimento de uma associação institucionalizada entre o Mercosul e a Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a área de integração nucleada pela África do Sul na parte meridional do continente. As relações com a Índia vêm crescendo e a parceria estratégica com a China, finalmente, ganhou um conteúdo digno do nome, extrapolando o plano meramente comercial. (VIZENTINI, Relações Internacionais do Brasil - De Vargas a Lula 2012)

Por outro lado, percebendo-se a Cooperação Sul-Sul em sentido estrito, os primeiros marcos institucionais relativos à cooperação internacional surgiram em 1950, com a criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica, composta por membros da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores e de Ministérios Setoriais. À época, o país apenas recebia doações, sob forma de cooperação Norte-Sul. Tradicionalmente, o Brasil é beneficiário de ações de cooperação (MILANI, SUYAMA e LOPES, Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil? 2013). Após reformas durante o regime militar, os núcleos centralizados na Secretaria de Planejamento e no MRE foram fundidos, em 1987, sendo criada, então, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), sob comando do MRE,

que completa, em 2017, trinta anos (ALMINO e LIMA 2017). Por exemplo, em trinta anos, entre 1960 e 1990, o Brasil foi receptor de mil e trezentos projetos de cooperação técnica internacional (A. L. CERVO, *Inserção Internacional - formação dos conceitos brasileiros* 2008).

No entanto, o Brasil mostra-se como doador de cooperação para o desenvolvimento internacional (CID) voltada para o “Sul global” desde os anos 1970, mas experimentou considerável crescimento no século XXI, tanto em termos de gastos quanto em termos de países beneficiários (MELLO E SOUZA 2014).

Desde o governo Lula, ocorre um esforço de lançar o Brasil como polo doador de CSS. Para demonstrar a crescente atividade brasileira do lado da oferta, o governo brasileiro mensurou os dados referentes ao que considera como modalidades de CID. A publicação foi elaborada por quatro membros. Foram eles: a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Houve duas versões. A primeira foi lançada em 2010, abrangendo os anos de 2005 a 2009. A segunda, de 2013, estendeu o estudo para 2010 (IPEA/ABC 2013).

De acordo com a consolidação dos gastos do governo federal, a CID brasileira quase dobrou entre os anos de 2005 e 2009 (LEITE, SUYAMA e WAISBICH, *Para além do tecnicismo: a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e caminhos para sua efetividade e democratização* 2013). No entanto, a segunda versão do estudo aponta para um crescimento ainda mais significativo em 2010 (IPEA/ABC 2013).

Os gastos com a cooperação brasileira em 2010 totalizaram R\$ 1,6 bilhão equivalentes a US\$ 923 milhões em moeda corrente, representando um aumento nominal de 124,3% em relação a 2009. Deste total, R\$965 milhões (66,3%) correspondem a gastos com a cooperação multilateral e R\$491 milhões (33,7%) com a cooperação bilateral. (IPEA/ABC 2013)

O documento aborda especificamente a CID, na qual a maior parte das modalidades são usadas como forma de CSS. Estão presentes no estudo quatro tipos de cooperação: a técnica; a educacional; a científica e tecnológica; e a humanitária. São considerados parte da CID também apoio e proteção a refugiados, operações de manutenção de paz e gastos com organismos internacionais. Pelos dados de 2010, os maiores gastos, em termos de área temática, ocorrem com organismos internacionais (33,7%), e em termos de região geográfica, na América Latina e Caribe (68,1%) (IPEA/ABC 2013).

A modalidade de cooperação humanitária, contudo, em composição com a modalidade apoio e proteção a refugiados, devem ser considerados à parte, por se inserirem em parte mais específica da estratégia brasileira de promoção das relações de CSS. Encaixam-se melhor no nível econômico-solidário, que trata do “programa social” internacionalizado do governo Lula (VIZENTINI, Relações Internacionais do Brasil - De Vargas a Lula 2012).

De fato, em seu discurso de posse, em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já sinalizava como seriam as relações externas em seu governo. Dentre elas, além da defesa da democratização das relações internacionais, da valorização do multilateralismo, afirmou buscar ação diplomática orientada por uma perspectiva “humanista” (L. I. SILVA 2003).

Especificamente o tema de combate à pobreza já vinha desde a década de 1990, como consequência da “década das conferências sociais³” (PENNA FILHO 2006).

A atuação do Brasil nos foros internacionais dos anos 1990 não deixa dúvida de que as temáticas do desenvolvimento social, do combate à pobreza e da inclusão social dos grupos tradicionalmente marginalizados na sociedade brasileira vieram compor a agenda internacional do País ao lado dos temas tradicionais, como os relativos à integração regional, comércio internacional, multilateralismo etc. (PENNA FILHO 2006)

Com Fernando Collor de Mello, o tema social foi discretamente abordado, uma vez que o centro da PEX estava voltado para diminuir a imagem “terceiro-mundista” do país, atualização da agenda internacional e relações próximas com os Estados Unidos (HIRST e PINHEIRO 1995). A política externa de FHC tampouco apresentou avanços, não tendo tido papel ativo em questões sociais (PENNA FILHO 2006).

Embora o chanceler Luiz Felipe Lampreia tenha afirmado em discurso que uma prioridade básica da diplomacia brasileira era servir ao objetivo o desenvolvimento econômico, e social, as ações práticas recaíam muito mais na idéia de desenvolvimento econômico, ainda de certa maneira desvinculado do social. (PENNA FILHO 2006)

Diferentemente, ao assumir a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), imprimiu também no plano da PEX o tema social dentre as prioridades (VIZENTINI, Relações Internacionais do Brasil - De Vargas a Lula 2012, CERVO e BUENO, História da política exterior do Brasil 2011, VIGEVANI e CEPALUNI 2007). Como afirmou-se no documento que consolida a Política Internacional do PT, “com a eleição

³ Na década de 1990, houve conferências da ONU sobre temas sociais específicos, como direitos humanos, desenvolvimento social, população, situação da mulher e combate ao racismo (PENNA FILHO 2006).

de Lula em 2002, e sua reeleição em 2006, o PT passou a enfrentar o desafio de articular as relações internacionais do Partido com a política externa do governo Lula”. (PT 2010).

De fato, a PEX do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concretizou parte das posições tradicionais do partido, que vinham se consolidando desde os anos 1970 (VIGEVANI e CEPALUNI 2007). O combate à fome e à pobreza são princípios constituintes das posições internacionais do PT (PT 2010). Porém, mais do que inserir o tema social na agenda da política externa brasileira, Lula e Amorim conseguiram incluir o tema do combate à fome na agenda da política internacional (L. I. SILVA 2013).

O tema do combate à fome já havia sido apresentado no discurso de posse, com a introdução do programa “Fome Zero”.

Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida (L. I. SILVA 2003).

Inicialmente, o programa foi desenhado para ser conduzido domesticamente. Com o passar dos anos, ainda no primeiro mandato, contudo, começa a delinear-se estratégia de internacionalização do programa, com a constituição, em 2004, da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME) (TAMBOURGI 2012).

Today, the Zero Hunger Strategy is recognised as a model by the United Nations Food and Agriculture Organisation (FAO) or the World Food Programme (WFP) in the fight against hunger and poverty, and Brazil is engaged in globally diffusing the knowledge of the Zero Hunger Strategy throughout the developing world. (FRAUNDORFER 2013).

A partir da criação da CGFOME, o Brasil começou a se firmar como doador de assistência humanitária. Antes, há registros apenas de algumas ações esporádicas (TAMBOURGI 2012).

A decisão política de inserir o Brasil como doador de AHI acarretou em mudanças institucionais e estruturais internamente. Logo no primeiro ano do governo Lula, a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR) foi designada para gerenciar as ações humanitária brasileira. De 2003 a 2010, a SAEI foi acionada 63 vezes, sendo numerosos os casos em que foi chamada a atuar na prestação de auxílio humanitário, sendo a primeira grande atuação por

causa do tsunami de 2004, que atingiu o Sri Lanka, a Indonésia e Taiwan⁴ (COUTO & SOARES, 2007; MRE, 2010).

Em 2004, um ano depois, é criada a CGOME. A Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME) passou a funcionar em 2004, nos quadros da Secretaria-Geral das Relações Exteriores do MRE (MRE 2008).

A Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome⁵ (CGFOME) foi estabelecida formalmente em 1º de janeiro de 2004, no Ministério das Relações Exteriores, a fim de promover a cooperação humanitária internacional e a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional. Desde então, se tornou a unidade responsável pela articulação operacional das ações humanitárias do Governo brasileiro e pelo diálogo político sobre estes temas junto aos organismos internacionais e demais instituições competentes. (MRE 2011)

Embora considerada um tipo de cooperação, as atividades humanitárias brasileiras, encabeçadas pela CGFOME, não estavam subordinadas à Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

De acordo com a Portaria nº. 212, de 30 de abril de 2008, que apresenta o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE), dispendo sobre a Organização Geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, são competência da CGFOME, conforme o Art. nº. 40:

Art. 40. Compete à Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome tratar os seguintes temas, do ponto de vista da política externa:

- a) Segurança Alimentar (inclusive Direito Humano à Alimentação) e Nutricional;
- b) Desenvolvimento Agrário (Reforma Agrária e Agricultura Familiar);
- c) Pesca Artesanal;
- d) Instituto Social Brasil-Argentina;
- e) Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Programa Mundial de Alimentos (PMA);
- f) Fórum Social Mundial;
- g) Diálogo com a Sociedade Civil;
- h) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; e
- i) Assistência Humanitária.⁶ (MRE 2008)

⁴ No anexo I, encontra-se breve listagem das ações humanitárias empreendidas consideradas mais significativas pela SAEI/GSIPR.

⁵ A partir de 2010, o nome da pasta foi alterado de “Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome” para “Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome”.

⁶ Sublinhado da autora.

Em setembro de 2016, diante do cenário político doméstico de crise, após a tomada de poder pelo Vice-Presidente Michel Temer, e com a nomeação do senador José Serra para ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores, a CGFOME foi fechada. De acordo com nota divulgada pelo MRE, a extinção estava ligada ao processo de reorganização e enxugamento de cargos de pastas, depois de identificar que o chefe da pasta, o diplomata Milton Rondó Filho, havia disparado telegramas às embaixadas brasileiras informando-as a respeito da situação política brasileira.

As funções realizadas anteriormente pela CGFOME foram atribuídas a outras unidades do Itamaraty a fim de se manter a continuidade, sendo as operações de cooperação humanitária assumidas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e as atividades de coordenação política assumidas pela Divisão de Temas Sociais (DTS)

Meses antes, em junho, o chefe da CGFOME, o diplomata Milton Rondó Filho, foi exonerado do cargo depois de polêmica envolvendo envio de telegramas, em março, às embaixadas brasileiras, informando-as a respeito da situação política brasileira. O diplomata, ministro de segunda classe na hierarquia do Itamaraty, chefiava a CGFOME desde sua criação, em 2004.

Atualmente, as atividades humanitárias brasileiras estão centralizadas na Agência Brasileira de Cooperação. No entanto, o site da CGFOME continua em funcionamento⁷.

Depois da criação da CGFOME, o governo brasileiro caminhou em direção à finalização do processo de institucionalização das ações de assistência humanitária com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária Internacional – GTI-AHI. O Grupo foi criado em junho de 2006 por Decreto Presidencial. Quando da sua criação, o GTI-AHI era formado por nove integrantes, embora o controle permanecesse no Ministério das Relações Exteriores (GTI-AHI 2011). No ano seguinte, o Decreto de 6 de novembro de 2007 subiu para o número de membros para quatorze (BRASIL 2007). O GTI-AHI é o detentor da capacidade jurídica específica de coordenar a ação de assistência humanitária internacional brasileira. O GTI-AHI é formado por 14 integrantes⁸, mas é o Ministério das Relações Exteriores que o encabeça (GTI-AHI 2011). Com a

⁷ Disponível em: <<http://cooperacaohumanitaria.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

⁸ Os outros 14 integrantes são: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Defesa; Ministério da Justiça; Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Saúde; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria-Geral da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério das Comunicações; e Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

institucionalização centralizada no GTI-AHI, começou o Brasil a agir mais ativamente com a assistência humanitária na arena internacional. Em termos práticos, isso se traduziu em crescimento do número de ações, de recursos e de países atendidos desde 2006.

V. Os números da Assistência Humanitária Internacional Brasileira

Segundo os dados analisados, o Brasil completou, em 2015, uma década como doador regular de assistência humanitária internacional. Ao todo, foram desembolsados US\$ 288.503.552,38⁹ (CGFOME 2016). Nesse período, o Brasil atingiu o pico de aporte de verbas em 2012, com US\$ 78 milhões, no governo da presidente Dilma Rousseff, para depois regredir, no último ano analisado, para a nível inferior a 2007, apresentando o segundo pior resultado do período, ofertando 10% do total de três anos antes.

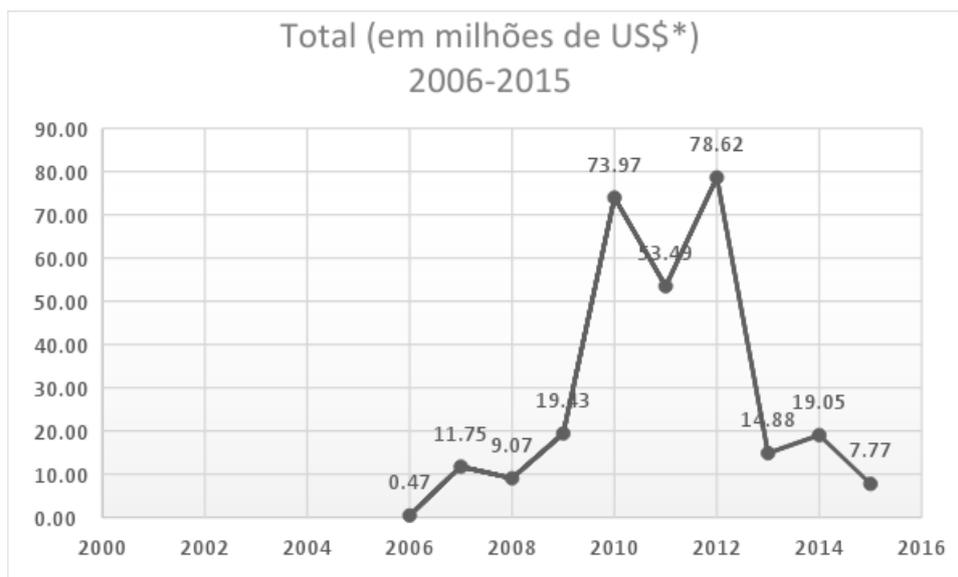
As ações brasileiras foram de dois tipos: financeiras ou *in kind*. As ações financeiras são doações feitas em dinheiro para o receptor ou para o organismo internacional. Já as doações *in kind* são realizadas por meio de doação de bens básicos necessários à sobrevivência em contexto de emergência humanitária, a exemplo de alimentos e medicamentos.

O estudo compreende o período de 2006-2015, ou seja, do ano em que foi criado o GTI-AHI até a compleição de uma década de funcionamento, com dados financeiros agregados das doações financeiras e *in kind*.

É interessante notar a evolução dos recursos destinados a doações humanitárias, como mostra a **Figura 1**. Até 2012, houve crescimento de aporte de recursos. Contudo, o segundo quinquênio parece espelhar o primeiro, tendo queda acentuada de valores em direção ao ano de 2015 (CGFOME 2016).

Figura 1. Valores das ações humanitárias brasileiras de 2006 a 2015.

⁹ Valores padronizados para o ano-base 2000.

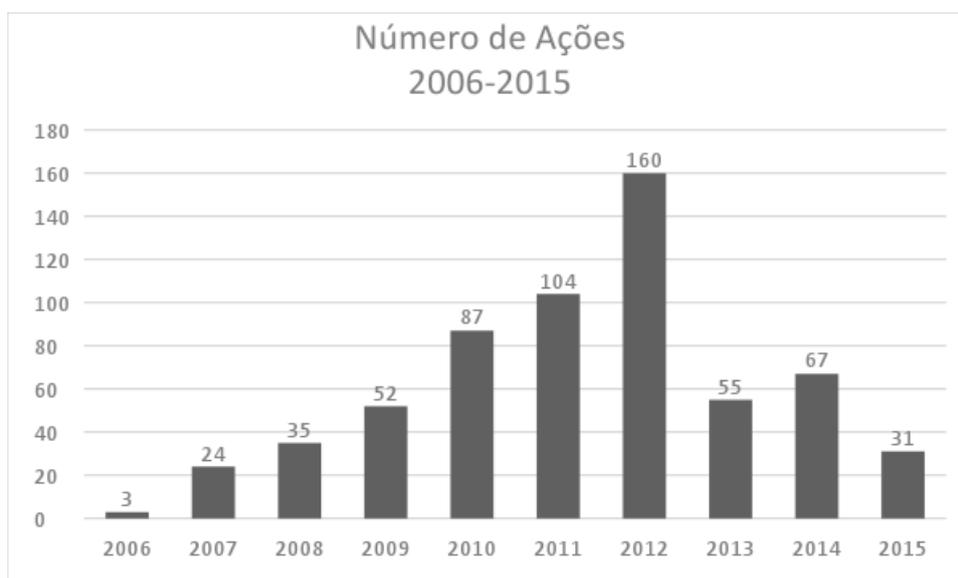


Fonte: CGFOME/2016.

**Valores deflacionados para valores do ano 2000.*

Consideradas todas as ações individuais para países e organizações internacionais, pelas vias bilaterais, multilaterais e trilaterais, o Brasil realizou, em uma década como doador, 618 ações humanitárias. É considerado ação o ato de envio de dinheiro ou item *in kind* em uma remessa. Desde 2006, o número de ações humanitária brasileira teve aumentos sucessivos até 2012. Após esse ano, assim como em volume de verbas, o número de ações significativamente: em 2013, o total de ações equivalia a cerca de um terço da quantidade do ano anterior (Figura 2).

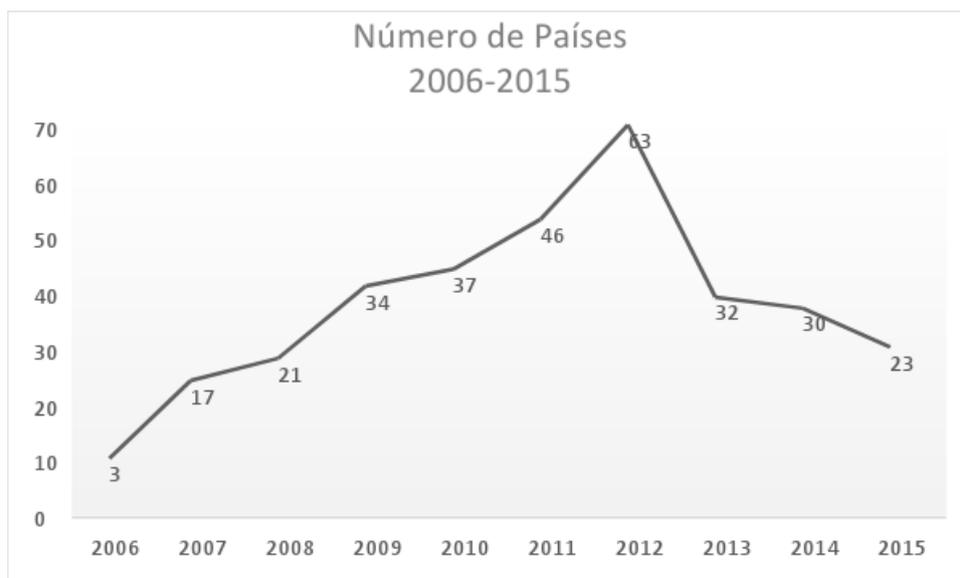
Figura 2. Quantidade de ações humanitárias brasileiras por ano.



Fonte: CGFOME (2016).

Nos dez anos avaliados, o Brasil ampliou o rol de países para os quais enviou assistência humanitária, com queda depois de 2012, como mostra a **FIGURA 3**. Foi nesse ano em que o Brasil atingiu seu pico não só em verba e número de ações, mas, também, em termos de países que receberam auxílio humanitário brasileiro.

Figura 3. Número de países que receberam doações brasileiras por ano.



Fonte: CGFOME (2016).

A geografia da assistência humanitária brasileira envolveu 108 países ao longo dos dez anos em tela. Desse total, 44 são na África; 27 na América Latina e Caribe; 30 na Ásia; 4 na Oceania; e 3 na Europa (CGFOME 2016). Contudo, é na América Latina em que ocorreu a maior parte das ações (Tabela 1).

Tabela 1. Dados sobre número de países e número de ações humanitárias por região.

Região	Número de países	Número de ações
África	44	219
América latina e caribe	27	222

Ásia	30	97
Europa	3	6
Oceania	4	4
Fundos/outros	-	70
Total	108	618

Fonte: CGFOME (2016).

Além de ser a região com maior número de ações, a América Latina e Caribe também recebeu o maior aporte de verbas. Do total de todos os anos, foi destino de US\$ 137,42 milhões, ou 51,93%, como mostram as Figuras 4 e 5, respectivamente. Outro dado representativo é que a região figurou como prioritária em cinco dos dez anos analisados (2008, 2009, 2010, 2013 e 2015). Ásia foi prioritária em três ocasiões: 2006, 2007 e 2014. E África em apenas duas: 2011 e 2012, mesmo tendo sido destino da segunda maior quantidade de verba (CGFOME 2016).

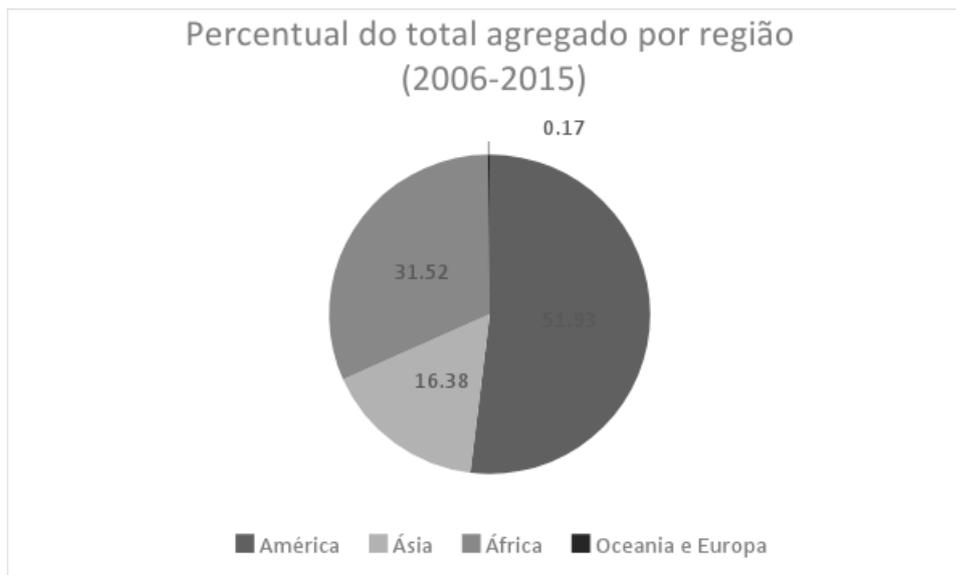
Figura 4. Total de verbas alocadas ano a ano por região.



Fonte: CGFOME (2016).

* Ano-base 2000.

Figura 5. Valor percentual agregado por região ao longo de 2006 a 2015.

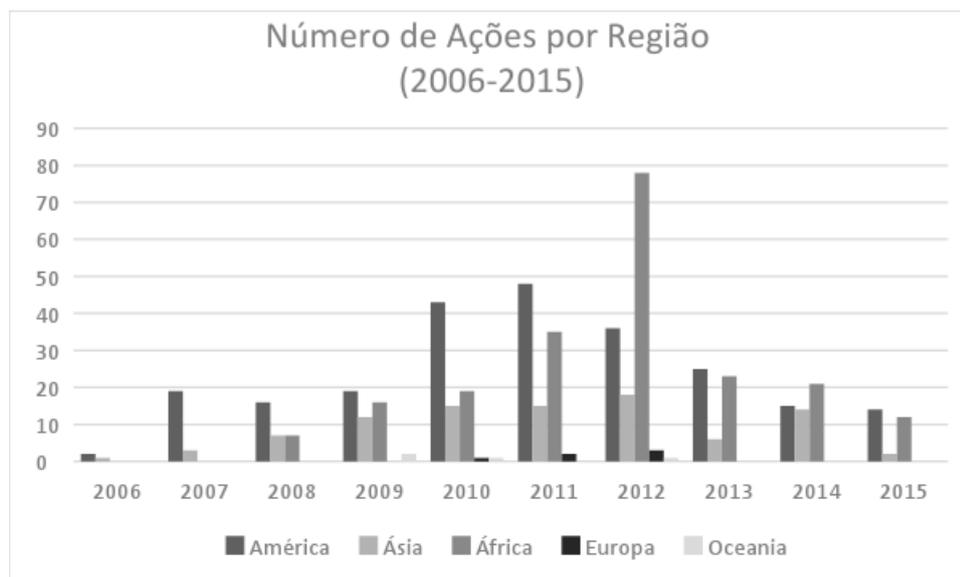


Fonte: CGFOME (2016).

É interessante notar a diversificação de países que vai ocorrendo ao longo dos anos. Os países africanos, por exemplo, tornaram-se destinatários das ações de AHI brasileiras somente a partir de 2008, estando presentes nos aportes de recursos de assistência humanitária internacional em todos os anos subsequentes. A partir de 2009, o Brasil estende suas ações para um país da Oceania e, em 2010, para um país europeu, ainda que, posteriormente, apareçam essas duas regiões de forma esporádica (CGFOME 2016).

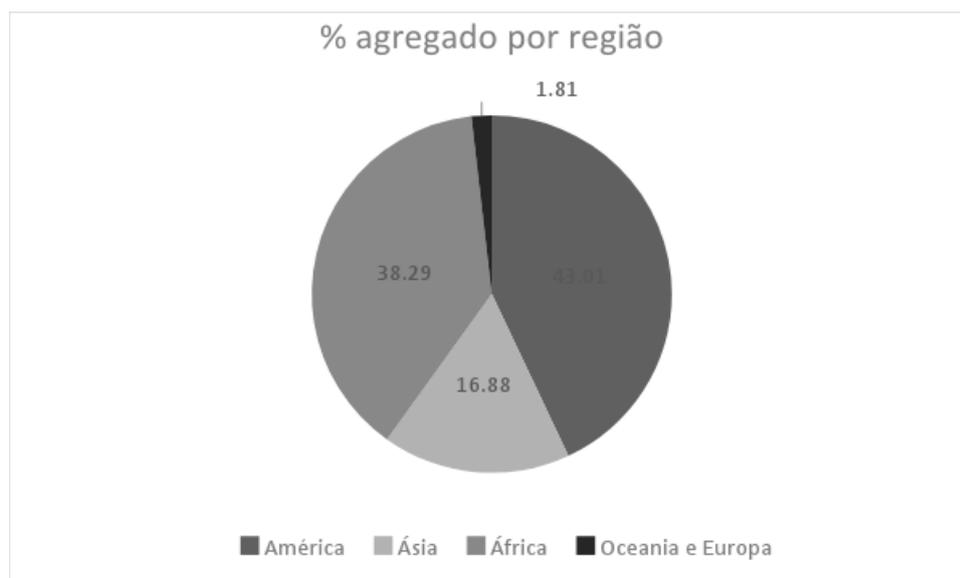
Em relação ao número de ações por região, por ano, a América Latina e Caribe foi superior em todos, à exceção de 2012 e 2014, quando países do continente foi superior, como mostra a **Figura 6**. Em relação ao total, América Latina e Caribe e África apresentam percentagens similares, sendo 43,01% e 38,29% respectivamente (**Figura KKK**) (CGFOME 2016).

Figura 6. Número de ações desagregadas por região e por ano.



Fonte: CGFOME (2016).

Figura 7. Percentual do total das ações por região.



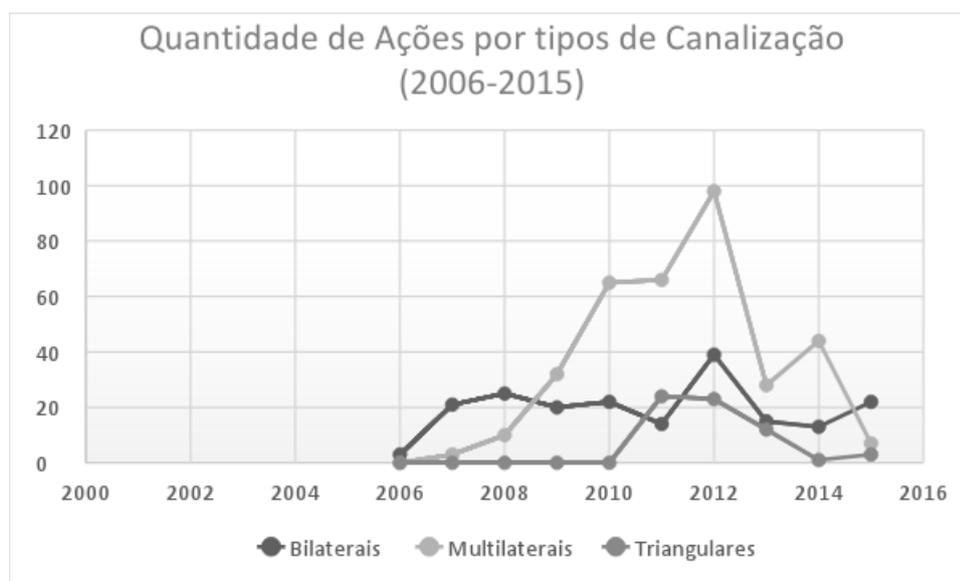
Fonte: CGFOME (2016).

Em relação ao número de ações por região, por ano, a América Latina e Caribe foi superior em todos, à exceção de 2012 e 2014, quando países do continente africano foram mais numerosas, como mostra a **Figura 6**. Em relação ao total, América Latina e Caribe e África apresentam percentagens similares, sendo 43,01% e 38,29% respectivamente (**Figura 7**) (CGFOME 2016).

Uma informação relevante para se compreender a inserção brasileira como doador de assistência humanitária está na maneira como são canalizadas as ações. Em que pesem os benefícios de eficiência com a canalização multilateral, a tendência é de redução desse tipo de canalização (KINDORNAY e BESADA 2011). Os doadores DAC (DACDs) tendem a

preferir o canal bilateral (OECD/DAC 2015). No caso brasileiro, inicialmente, percebe-se preferência pelo canal bilateral. Porém, a partir de 2008 para 2009, ocorre uma mudança no perfil brasileiro de alocação, passando a ser, majoritariamente, multilateral, conforme a **Figura 8**.

Figura 8. Tipos de canalização das AHI brasileiras ano e ano, entre 2006 e 2010.

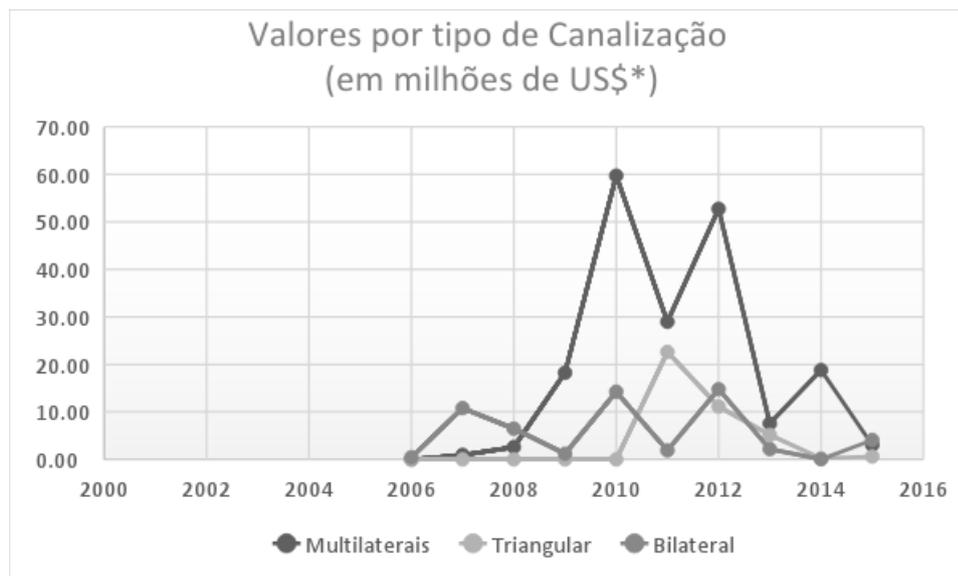


Fonte: CGFOME (2016).

Como se pode observar, entre 2008 e 2009 as ações realizadas de forma multilateral tornam-se preponderantes e assim permanecem a maior parte do período. Contudo, em 2015, as ações bilaterais voltam a tornar-se majoritárias. Vale lembrar que o referido ano apresentou o segundo menor resultado em termos de verbas e o antepenúltimo resultado em termos de números de países e de ações realizadas (CGFOME 2016).

Pode-se notar, também, que o país ensaia conduzir ações de modo triangular, ou seja, com o auxílio de outros países para a consecução da ação, a partir de 2011. As ações triangulares brasileiras caracterizam-se pelo Brasil, de um lado, ofertando um bem *in kind*, e outro país ou fundo, por outro, arcando com os custos de frete dos bens. Das 57 ações triangulares empreendidas, os principais parceiros do Brasil foram Austrália (33,3%), Espanha (33,3%) e Estados Unidos (19,30%) (CGFOME 2016).

Em termos financeiros, de 2008 a 2014, o governo brasileiro deu preferência à canalização multilateral, com pico em 2010, com US\$ 59,72 milhões. No entanto, em 2015, volta a prevalecer a canalização bilateral. É interessante notar que em 2011, o valor das ações triangulares se aproxima das multilaterais, como mostra a Figura 9 (CGFOME 2016).

Figura 9. Valores por tipo de canalização ano a ano.

Fonte: CGFOME (2016).

** Ano-base 2000.*

Dentre os fundos multilaterais, o Programa Mundial de Alimentos (WFP) destaca-se como principal parceiro humanitário do Brasil. Também são relevantes o Fundo Humanitário CERF, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) e a FAO. Isso demonstra uma preferência política a contribuir para projetos nas áreas de insegurança alimentar (WFP e FAO) e refúgio (UNRWA e UNHCR). Nota-se que o país contribuiu com US\$ 45 milhões para o fundo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

VI. CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo responder à pergunta sobre *qual a magnitude da atuação do Brasil como doadores Não DAC no Sistema Humanitário Internacional em termos de aporte de recursos*. Inicialmente, pôde-se observar que o Brasil é um doador Não DAC. Em seguida, observou-se como se deu a emergência do tema na agenda da política externa brasileira durante os governos Lula e Dilma Rousseff, para se apresentarem os resultados obtidos da análise por meio de estatística descritiva dos dados.

Os resultados indicaram que, ao longo dos dez anos como doador, o Brasil destinou à assistência humanitária internacional US\$ 288,5 milhões, a 108 países, em 618 ações. Os dados mostram que existem duas áreas geográficas principais de inserção brasileira como doador. Em primeiro lugar, é de fato prioridade a América Latina e Caribe, região seguida pela África. São nessas duas regiões que, ao longo do período, ocorreram o maior número de ações e o maior aporte de verbas como um todo. Esses dados condizem com a Política Externa Brasileira perscrutada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Pode-se sugerir, também, que o Brasil é um país que dá preferência à via multilateral em lugar da canalização bilateral, alocando a maior parte da verba e realizando a maior parte de suas ações por meio de instituições multilaterais.

Percebe-se, também, que o país faz uma opção política clara pelos temas de insegurança alimentar e refúgio.

A diminuição drástica dos aportes brasileiros de assistência humanitária, sobretudo em 2015, sugere que a vontade política de investir nessa ferramenta de política externa está em extinção.

Referências

ABC. “Ficha ABC.” *Balço de Política Externa Brasileira 2003-2010*. MRE, 2011.

ABDENUR, Adriana Erthal, e Maiara FOLLY. “THE NEW DEVELOPMENT BANK AND THE INSTITUTIONALIZATION OF THE BRICS.” Em *BRICS - Studies and Documents*, edição: Renato BAUMANN e et al., 77-111. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

ACTIONAID. “ActionAid comenta extinção do CGFOME.” 2016. 10 (acesso em dezembro de 2016).

ACUTO, MICHELE. “Introduction: Humanitarian Puzzles.” Em *Negotiating Relief: The politics of Humanitarian Space*, 5. London: Hurst & Company, 2014.

ALMINO, João, e Sérgio Eduardo Moreira LIMA. *30 anos da ABC : visões da cooperação técnica internacional brasileira*. Brasília: FUNAG, 2017.

AMORIM, Celso. “Aula Magna do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Instituto Rio Branco, A diplomacia do Governo Lula.” 10 de abril de 2003. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7558-aula-magna-do-senhor-ministro-das-relacoes-exteriores-embaxador-celso-amorim-no-instituto-rio-branco-a-diplomacia-do-governo-lula> (acesso em 16 de outubro de 2016).

BANCO MUNDIAL. *Country and Lending Groups*. 2012.

http://data.worldbank.org/about/country-classifications/country-and-lending-groups#High_income.

—. “GDP Market Prices.” 2016. <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD> (acesso em 17 de dezembro de 2016).

BARNETT, M. *The International Humanitarian Order*. New York: Routledge, 2010.

BARNETT, Michael. *Empire of Humanity: A History of Humanitarianism*. New York: Cornell University Press, 2011.

BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. *Os Sucessores do Barão 1912-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. *Os Sucessores do Barão 1964-1985*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BRASIL. “Decreto de 21 de junho de 2006.” 21 de junho de 2006.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10864.htm
(acesso em 10 de dezembro de 2016).

—. “DECRETO DE 21 DE JUNHO DE 2006.” 2006.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10864.htm.

—. “Decreto de 6 de novembro de 2007.” 06 de novembro de 2007.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11402.htm#art1
(acesso em 10 de dezembro de 2016).

—. “Lei nº 11.881.” 23 de dezembro de 2008.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11881.htm (acesso em 10 de dezembro de 2016).

—. “Lei nº 12.429.” 20 de junho de 2011. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12429.htm (acesso em 10 de dezembro de 2016).

—. “Lei nº 12.688.” 18 de julho de 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12688.htm#art27 (acesso em 10 de dezembro de 2016).

—. “Lei nº 13.001.” 20 de junho de 2014. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13001.htm#art25 (acesso em 10 de dezembro de 2016).

- . “Medida Provisória nº 519.” 30 de dezembro de 2010.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/519.htm (acesso em 10 de dezembro de 2016).
- . “PL 2007.” 2017.
http://www.secretariadegoverno.gov.br/sobre/assuntos_parlamentares/projetos-de-lei/2007 (acesso em 02 de junho de 2017).
- . “Projeto de Lei nº 737 sobre Ações de Assistência Humanitária Internacional.” 2007.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2007/msg230-070410.htm (acesso em 10 de dezembro de 2016).

CARBONNIER, GILLES. *Humanitarian Economics: War, Disaster, and the Global Aid Market*. Nova York: Oxford University Press, 2015.

CERVO, A. L., e C. BUENO. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: EdUnB, 2011.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional - formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz, e Clodoaldo BUENO. *História da política exterior do Brasil*. 4ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CERVO, AMADO LUIZ. “Objetivos da Política Exterior de Lula.” *Meridiano 47* N° 47 (2004).

CGFOME. “Compilado das Ações de Assistência Humanitária Internacionais Brasileiras.” Brasília, 2016.

CIDOB. “América Latina: inauguración del Centro logístico humanitario de Panamá.” 2008.
https://www.cidob.org/publicaciones/documentacion/cronologias/america_latina_inauguracion_del_centro_logistico_humanitario_de_panama_12_enero_2008.

CORNETET, João Marcelo Conte. “A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade.” *Revista Conjuntura Austral*, junho/julho de 2014: 111-150.

COUTO, J.A.C, e J.A.M SOARES. ““Lições” de Gerenciamento de Crises.” *Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais*. 9 de 2007.

<http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/licoesGerenciamentoCrises.pdf>
(acesso em 30 de 11 de 2011).

COUTO, J.A.C. “O Gabinete de Segurança Institucional e o gerenciamento de crises.” 2003.

<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0047338.pdf>
(acesso em 30 de 11 de 2011).

CPLP. “CPLP - Estados Membros.” 2016. <https://www.cplp.org/id-2597.aspx> (acesso em 17 de dezembro de 2016).

DEDRING, Jurgen. “Humanitarian Coordination.” Em *After Rwanda: the Coordination of United Nations Humanitarian Assistance*. Londres: Palgrave Macmillan, 1996.

DREHER, A., P. NUNNENKAMP, e R. THIELE. “Are ‘New’ Donors Different? Comparing the Allocation of Bilateral Aid between Non-DAC and DAC Donor Countries.” *World Development*, 2011: 1950-1968.

FAO. “The State of Food Insecurity in the World 2015.” 2015. <http://www.fao.org/3/a-i4646e/index.html> (acesso em 12 de janeiro de 2017).

FILHO, EFRAIM. “Recurso nº 425/2010.” 06 de maio de 2010.

<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1344282.pdf> (acesso em 10 de dezembro de 2016).

FRAUNDORFER, Markus. “Zero Hunger for the World - Brazil's Global Diffusion of Its Zero Hunger Strategy.” *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, Jul-Dec. de 2013: 91-116.

GENOÍNO, JOSÉ. *Entrevista com José Genoíno* (29 de abril de 2017).

GSIPR. “Sobre a SAEI.” *SAEI - Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais*. s.d.
<http://geopr1.planalto.gov.br/saei/sobre-a-saei/2-historico/2-historico-?format=pdf>
(acesso em 30 de 11 de 2011).

GTI-AHI. *Brasil - Assistência Humanitária Internacional (2006-2009)*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2010.

GTI-AHI. *Cooperação Humanitária Internacional*. Brasília: MRE, 2011.

HIRST, Mônica, e Leticia PINHEIRO. “A política externa do Brasil em dois tempos.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1995: 5-23.

IPEA. “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: Primeiro Levantamento (2005-2009) - Guia de Orientações Básicas.” Brasília, 2010.

IPEA/ABC. *Cooperação Brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010*. Brasília: IPEA/ABC, 2013.

KEOHANE, Robert O., e Joseph S. NYE. *Power and interdependence*. . Glenview: Scott, Foresman and Company, 1989.

KHARAS, H. *Rethinking the roles of multilaterals in the global aid architecture*. 2011
Brookings Blum Roundtable Policy Briefs, 2011.

KINDORNAY, SHANNON, e HANY BESADA. “Multilateral Development Cooperation: Current Trends and Future Prospects.” *Canadian Development Report*, 2011: 11-26.

LEITE, Iara Costa. “Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos.” *Observatório Político Sul-Americano*, 2012: 1-41.

LEITE, Iara Costa, SUYAMA, e Laura Trajber WAISBICH. “Para além do tecnicismo: a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e caminhos para sua efetividade e democratização.” 22 de julho de 2013. <http://articulacaosul.org/wp->

content/uploads/2014/07/Policy_Briefing_Para_alem_do_tecnicismo.pdf (acesso em 15 de janeiro de 2014).

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: FUNAG, 2011.

LIMA, MARIA REGINA SOARES. “A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul.” *Revista Brasileira de Política Internacional*. 48 (1) (2005): 24-59.

MANNING, RICHARD. “Will 'Emerging Donors' Change the Face of International Cooperation?” *Development Policy Review*, 2006: 371-385.

MAWDSLEY, EMMA. *From Recipients to Donors: Emerging Powers and the Changing Development Landscape*. London: Zed Books, 2012.

MCEWAN, Cheryl, e Emma MAWDSLEY. “Trilateral Development Cooperation: Power and Politics in Emerging Aid Relationships.” *Development and Change*, 2012, 43 ed.: 1185-1209.

MELLO E SOUZA, André de. *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2014.

MENDONÇA JÚNIOR, Wilson. *Política Externa e Cooperação Técnica: As relações do Brasil com a África durante os anos FHC e Lula da Silva*. Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2013.

MILANI, Carlos, Bianca SUYAMA, e Luara L. LOPES. “Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?” *Fundação Friedrich Ebert*, novembro de 2013: 1-60.

MILANI, Carlos, e Tássia C. O. CARVALHO. “Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano.” *Estudos Internacionais*, jan-jun de 2013: 11-35.

Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación/España. *Acción Humanitaria*. 2012.

<http://www.aecid.cr/modules/info/index.php?id=64>.

MIYAMOTO, Shiguenoli. “O Brasil e a comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP).” *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2009: 22-42.

MRE. 2011. <http://www.assistenciahumanitaria.mre.gov.br/sobre-a-assistencia> (acesso em 29 de outubro de 2011).

—. 2010. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/13715-medalha-sergio-vieira-de-mello> (acesso em 10 de dezembro de 2016).

—. “Assistência Humanitária - Ficha GSI.” *Ministério das Relações Exteriores*. 2010. <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/7.1.10-assistencia-humanitaria-ficha-gsi/view> (acesso em 30 de 11 de 2011).

—. “Exposição de Motivos acerca do PL nº 737/2007.” 06 de fevereiro de 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/MRE/2007/32.htm (acesso em 10 de dezembro de 2016).

—. “Histórico da cooperação humanitária brasileira.” 2011. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/13229-historico-da-cooperacao-humanitaria-brasileira> (acesso em 10 de dezembro de 2016).

—. “Portaria nº 212, de 30 de abril de 2008.” 2008. <http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/legislacao/regimento-interno-da-secretaria-de-estado-rise> (acesso em 10 de dezembro de 2016).

MRE. “Relatório do Brasil sobre Implementação dos Compromissos emanados da Quarta Cúpula das Américas.” 2008.

MRE. *Relatório do Brasil sobre Implementação dos Compromissos emanados da Quarta Cúpula das Américas*. Brasília: MRE, 2008.

NEUMAYER, E. "Is respect for human rights rewarded? An analysis of total bilateral and multilateral aid flows." *Human Rights Quarterly*, 2003: 510-527.

O'NEILL, JIM. "Building Better Global Economic BRICs." *Global Economics*, 2001: Paper No 66.

OCHA/UN. *Country: Brazil 1822-1999*. s.d.

http://fts.unocha.org/pageloader.aspx?page=search-reporting_display&CQ=cq301111184027P1ycOnbQhu (acesso em 30 de 11 de 2011).

—. *Country: Brazil 2000*. 2011. http://fts.unocha.org/pageloader.aspx?page=search-reporting_display&CQ=cq301111182012WkWTLie5m (accessed 11 30, 2011).

—. *Country: Brazil 2000*. n.d. http://fts.unocha.org/pageloader.aspx?page=search-reporting_display&CQ=cq301111182012WkWTLie5m (accessed 11 30, 2011).

—. *Country: Brazil 2001*. s.d. http://fts.unocha.org/pageloader.aspx?page=search-reporting_display&CQ=cq301111182520w3zCWYydz (acesso em 30 de 11 de 2011).

—. "Country: Brazil 2003." *Financial Tracking System*. n.d. http://fts.unocha.org/pageloader.aspx?page=search-reporting_display&CQ=cq011211172837f4chyuZqJK (accessed 11 30, 2011).

—. "Country: Brazil 2004." *Financial Tracking System*. s.d. http://fts.unocha.org/pageloader.aspx?page=search-reporting_display&CQ=cq011211173022Ka8U6YuPu (acesso em 30 de 11 de 2011).

—. "Country: Brazil 2005." *Financial Tracking System*. s.d. http://fts.unocha.org/pageloader.aspx?page=search-reporting_display&CQ=cq011211173042bUqWyeryt7 (acesso em 30 de 11 de 2011).

—. "Panamá." 2010. <http://www.unocha.org/rolac/perfil-de-pa%C3%ADses/panama>.

OECD/DAC. *Multilateral Aid 2015 - Highlights*. OECD, 2015.

ONU. *Charter of the United Nations*. São Francisco: UN, 1945.

PECEQUILO, C.S. “A Política Externa do Brasil no Século XXI: os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical.” *Revista Brasileira de Política Internacional* 51 (2) (2008): 136-153.

PENNA FILHO, Pio. “Estratégias de desenvolvimento social e combate à pobreza no Brasil.” Em *Relações Internacionais do Brasil - temas e agendas - vol. 2*, edição: Henrique ALTEMANI e Antonio Carlos LESSA, 339-364. São Paulo: Saraiva, 2006.

PT. *A política internacional do PT*. Brasília: Secretaria de Relações Internacionais do PT, 2010.

QUADIR, Fahimul. “Rising Donors and the New Narrative of ‘South–South’ Cooperation: what prospects for changing the landscape of development assistance programmes?” *Third World Quarterly*, 2013: 321-338.

REISEN, HELMUT. “The Multilateral Donor Non-System: Towards Accountability and Efficient Role Assignment.” *Economics*, 1 de February de 2010.

REPÚBLICA, PRESIDENTE DA. “DECRETO DE 21 DE JUNHO DE 2006.” Brasília, 21 de 06 de 2006.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. RIO de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Luiz Inácio "Lula" da. “Discurso de Posse.” *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 1º semestre de 2003: 13-20.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso proferido no encerramento da Conferência Nacional “2003-2013: Uma Nova Política Externa”*. 2013.

SILVEIRA, Azeredo. *Resenha da Política Exterior*. Vol. I, Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1974.

TAMBOURGI, Patrícia. *O Brasil e a Assistência Humanitária Internacional: prática, discurso e tendências*. São Paulo: Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), 2012.

VIGEVANI, Tullo, e Gabriel CEPALUNI. “A Política Externa de Lula da Silva: A.” *Contexto Internacional*, jul/dez de 2007, no 2 ed.: 273-335.

VILELA, Elaine, e Pedro NEIVA. “Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, junho/dezembro de 2011: 70-96.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “O G-3 e o G-20.” Em *Relações Internacionais do Brasil - temas e agendas*, edição: Henrique ALTEMANI e Antonio Carlos LESSA, 159-194. São Paulo: Saraiva, 2006.

—. *Relações Internacionais do Brasil - De Vargas a Lula*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

WALZ, J., e V. RAMACHANDRAN. “Brave New World: A Literature review of Emerging Donors and the Changing Nature of Foreign Assistance.” *Center for Global Development*, 21 de November de 2011.

WEISS, THOMAS GEORGE. *Humanitarian Challenges and intervention: world politics and the dilemmas of help*. Oxford: Westview Press, 1996.

WOODS, Ngaire. “Whose aid? Whose influence? China, emerging donors and the silent revolution in development assistance.” *International Affairs*, 2008, 84 ed.: 1205-1221.

ZIMMERMANN, F., e K. SMITH. “More Actors, More Money, More Ideas for International Development Co-operation.” *Journal of Internatioanal Development*, 2011: 722-738.